



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais
Câmara Técnica de Análise de Projeto

PARECER TÉCNICO

Assunto: Proposta de Resolução que tem por objeto disciplinar o inciso III do artigo 35 da Lei 9.433/97.

Em reunião de 22 de agosto do corrente, foi levada à apreciação desse egrégio Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH proposta elaborada pela Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP que visava a disciplinar a competência outorgada pelo inciso III do art. 35 da Lei 9.433, de 08.01.97, a teor da qual cabe ao CNRH *deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados*.

Entretanto, alguns Conselheiros, considerando a natureza do assunto de extrema complexidade, que demandaria análise mais aprofundada para definir, caracterizar e disciplinar quais seriam os *projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolariam o âmbito dos Estados*, encaminharam pedido de vistas, que foi acolhido pelo Plenário, lembrando que ele deveria ser submetido também à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL.

Assim, a questão foi discutida pela CTAP com a CTIL, em reuniões conjuntas ocorridas nos dias 19 de setembro, 15 de outubro e 7 de novembro p.p. que, após exaustivos debates, resultou no seguinte entendimento.

Os incisos II e III do art.2º da proposta da CTAP nada mais faziam que reiterar competência do CNRH, já prevista na Lei nº 9.433/1997 que, de forma mais abrangente, lhe atribui não só o poder de dirimir situações de conflito entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, mas também de decidir sobre questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais e pelos Comitês de Bacia. Não há dúvida de que nessa competência se inclui a hipótese de deliberar sobre projetos encaminhados por aqueles órgãos (art.35, II e IV).

Ademais, nos termos em que a CTAP elaborou a proposta - sem definir, com relativa precisão, a amplitude e qualificação do que significa *repercussões que extrapolem o âmbito dos Estados* – ela poderia propiciar que qualquer projeto fosse submetido à apreciação do CNRH e levar ao enfraquecimento da atuação dos Comitês de Bacia; o que contraria, frontalmente, os objetivos da política de descentralização instituída pela Lei nº 9.433/97.

Com efeito, a atribuição conferida ao CNRH pelo inciso III em apreço merece ser mais bem examinada e interpretada pelos operadores da lei, de modo a se perquirir a real vontade da lei, considerando todo o disciplinamento da gestão dos recursos hídricos.

Assim, surgiram algumas questões:

- a regra do citado inciso III destina-se somente aos Comitês da Bacia de rios estaduais, já que os projetos a serem implantados nas bacias de rios federais necessariamente repercutiriam em outros Estados, ou se destina a projetos de quaisquer bacias, necessitando, nesse caso, de uma definição prévia para limitar a abrangência do dispositivo ?
- todo projeto implantado em um corpo d'água, que não fosse de domínio de um Estado, teria que ser submetido necessariamente ao CNRH ?
- o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos já está implementado e suficientemente amadurecido e com experiência para caracterizar e definir quais projetos terão repercussões *que* extrapolem o âmbito dos Estados?
- não seria a verdadeira intenção da lei referir-se a projetos de interesse nacional, cujas repercussões, além de extrapolar as fronteiras do Estado, extrapolassem também as fronteiras da Bacia Hidrográfica, onde seriam implantados, uma vez que, nesse caso, tais repercussões estariam além da área de atuação dos Comitês de Bacia e dos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos?

Como se verifica, há inúmeras dúvidas e controvérsias que precisam de tempo para serem equacionados pelo Sistema.

Entretanto, é importante ressaltar que, a despeito disso, continua o CNRH habilitado a exercer a competência que lhe foi outorgada pela lei, de deliberar sobre os projetos que os Comitês e os Conselhos, ou mesmo os competentes órgãos gestores, entenderem que devam ser submetidos à sua apreciação, seja pela sua importância e magnitude, seja pela ocorrência de conflitos entre os usuários ou entre os Comitês e Conselhos.

Em vista disso, a CTIL e a CTAP consideram necessário que seja estabelecida uma resolução específica para definição de formas e critérios de encaminhamento, para deliberação do CNRH, de projetos e questões de sua competência.

De toda forma, fica a critério deste CNRH, quando julgar oportuno e conveniente, determinar o disciplinamento complementar da matéria.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente da CTIL e da CTAP